

# RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 30/06/2027.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Câmpus de Franca**

**CELSO LUCAS FERNANDES OLIVEIRA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NUMA**  
**PERSPECTIVA DECOLONIAL: uma análise a partir do Programa de Aquisição de**  
**Alimentos e dos direitos dos agricultores**

FRANCA

2025

**CELSO LUCAS FERNANDES OLIVEIRA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NUMA  
PERSPECTIVA DECOLONIAL: uma análise a partir do Programa de Aquisição de  
Alimentos e dos direitos dos agricultores**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista  
“Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de  
Ciências Humanas e Sociais, Câmpus de Franca, para  
obtenção do título de Doutor em Direito.

Área de Concentração: Sistemas Normativos e  
Fundamentos da Cidadania

Linha de pesquisa: Cidadania Social e Econômica e  
Sistemas Normativos.

Orientadora: Profa. Dra. Elisabete Maniglia.

FRANCA

2025

O48p

Oliveira, Celso Lucas Fernandes

Políticas públicas para a agricultura familiar numa perspectiva decolonial :  
uma análise a partir do Programa de Aquisição de Alimentos e dos direitos  
dos agricultores / Celso Lucas Fernandes Oliveira. -- Franca, 2025

137 p. : il., tabs., fotos

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de  
Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Elisabete Maniglia

1. Políticas públicas. 2. Agricultura familiar. 3. Teoria decolonial. 4.  
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 5. Sementes crioulas. I. Título.

## **IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA**

Esta tese fortalece os ODS 2 (Fome Zero), 10 (Redução das Desigualdades) e 15 (Vida Terrestre) ao propor políticas públicas para agricultura familiar que valorizam saberes tradicionais, sementes crioulas e agroecologia. Oferece base científica para modelos decoloniais de desenvolvimento sustentável, promovendo segurança alimentar, biodiversidade e inclusão socioeconômica de grupos marginalizados, com potencial replicação global em contextos pós-coloniais.

## **POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH**

This thesis strengthens SDGs 2 (Zero Hunger), 10 (Reduced Inequalities), and 15 (Life on Land) by proposing public policies for family farming that value traditional knowledge, native seeds, and agroecology. It provides a scientific basis for decolonial models of sustainable development, promoting food security, biodiversity, and the socioeconomic inclusion of marginalized groups, with potential for global replication in post-colonial contexts.

## **IMPACT POTENTIEL DE CETTE RECHERCHE**

Cette thèse renforce les ODD 2 (Faim Zéro), 10 (Réduction des Inégalités) et 15 (Vie Terrestre) en proposant des politiques publiques pour l'agriculture familiale qui valorisent les savoirs traditionnels, les semences paysannes et l'agroécologie. Elle offre une base scientifique à des modèles décoloniaux de développement durable, favorisant la sécurité alimentaire, la biodiversité et l'inclusion socio-économique des groupes marginalisés, avec un potentiel de réplication mondiale dans des contextes postcoloniaux.

**CELSO LUCAS FERNANDES OLIVEIRA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NUMA  
PERSPECTIVA DECOLONIAL: uma análise a partir do Programa de Aquisição de  
Alimentos e dos direitos dos agricultores**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Câmpus de Franca, para obtenção do título de Doutor em Direito

Área de Concentração: Sistemas Normativos e Fundamentos da Cidadania

Data da defesa: 30/06/2025

Banca Examinadora:

---

Profª. Dra. Elisabete Maniglia  
UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Câmpus de Franca

---

Prof. Dr. Leonardo Simões Agapito  
UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Câmpus de Franca

---

Prof. Dr. Eduardo Gonçalves Rocha  
Universidade Federal de Goiás (UFG)

---

Prof. Dr. Cláudio Lopes Maia  
Universidade Federal de Catalão (UFCAT)

---

Prof. Dr. Luis Gustavo Santos Lazzarini  
Centro Universitário Central Paulista de São Carlos (Claretiano/Harven/UNICEP)

Dedico este trabalho à minha mãe, Dulce, e ao meu pai, Celso.

## AGRADECIMENTOS

Com o coração repleto de gratidão, dedico estas palavras àqueles que, de maneiras singulares e profundas, foram pilares essenciais ao longo desta trajetória do doutorado. Este trabalho é fruto não apenas do meu esforço, mas também do amor, da dedicação, do incentivo e do apoio de pessoas extraordinárias que caminharam ao meu lado.

Primeiramente, à minha orientadora, Profa. Elisabete, registro meu mais profundo respeito e carinho. Sua orientação sensível, crítica e generosa foi decisiva para o amadurecimento deste trabalho e para o meu crescimento intelectual. Obrigada por acreditar no meu potencial e, acima de tudo, por ser exemplo de ética e humanidade.

À minha mãe, Dulce, cuja força, ternura e sabedoria sempre me guiaram, deixo meu mais sincero agradecimento. Sua presença constante e seu amor incondicional foram o alicerce sobre o qual construí minha jornada acadêmica e pessoal. Ao meu pai, Celso, sou grato pelo exemplo de persistência, pela confiança silenciosa e pelo apoio inabalável em todas as etapas da minha formação. Vocês são, para mim, fonte inesgotável de inspiração e coragem.

À minha irmã, Denise, agradeço por ser minha confidente, amiga e por sempre acreditar em mim. Mesmo à distância, seu companheirismo e seu otimismo sempre me serviram de apoio e combustível para acreditar que tudo daria certo. Ao meu sobrinho, João Victor, agradeço pela pureza do seu afeto, pelo respeito e pelo reconhecimento que transparecem de forma simples e renovam a minha fé no futuro. À minha avó, Maria Aparecida, minha eterna gratidão pela sabedoria transmitida em gestos e palavras, e pelo amor que acolhe e fortalece.

Aos amigos Julianna, Leonilson e Lilian, agradeço profundamente pela amizade, pelo incentivo constante, pelas conversas despretensiosas e pelos momentos de risadas que aqueceram a alma e tornaram o processo mais leve. Vocês foram abrigo e alegria ao longo desta caminhada. À minha melhor amiga, Anna Karollina, sou grato por permanecer ao meu lado em todas as fases da minha vida, há quase três décadas, sendo testemunha e parceira das minhas conquistas e desafios. Sua amizade é um tesouro que levo comigo enquanto eu existir. Gratidão eterna!

Aos colegas de doutorado, Gil e Dimas, expresso minha gratidão pelo companheirismo, pelas trocas de conhecimento e pelo apoio mútuo que tornaram o percurso mais enriquecedor e menos solitário. Aos meus amigos da UEG que acompanharam toda essa trajetória, em especial a professora Flávia e a Renata, agradeço a compreensão, o incentivo e a amizade, que foram fundamentais para que eu pudesse conciliar as diferentes demandas deste período.

Por fim, ao meu companheiro, Gabriel, dedico um agradecimento cheio de amor. Sou imensamente grato por você ter caminhado ao meu lado diariamente na reta final do doutorado. Gratidão por ser porto seguro, por compartilhar comigo sonhos, inquietações e conquistas, e por me envolver com amor, paciência e compreensão incondicionais. Seu apoio constante e generoso foi essencial para que eu pudesse seguir em frente, mesmo diante das maiores dificuldades.

A cada um de vocês, minha eterna gratidão. A conclusão deste trabalho é, antes de tudo, uma construção coletiva, marcada pelo afeto, pela confiança e pelo apoio de pessoas especiais que deixaram marcas profundas em minha vida. Muito obrigado por fazerem parte desta história.

“Se o colonialismo nos causou um dano quase irreparável foi o de afirmar que somos todos iguais.”

Ailton Krenak

## RESUMO

O presente trabalho analisa criticamente as políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil sob a ótica da teoria decolonial, com ênfase no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e nos direitos dos agricultores. Parte-se da identificação de dois modelos agrícolas predominantes: o agronegócio, caracterizado pelo uso intensivo de insumos industriais, grandes propriedades e monoculturas, e a agricultura camponesa, baseada em práticas tradicionais, agroecológicas e na preservação da biodiversidade. Argumenta-se que o modelo hegemônico, derivado da Revolução Verde, perpetua desigualdades sociais, degradação ambiental e exclusão de saberes tradicionais, refletindo estruturas coloniais ainda presentes no campo brasileiro. A teoria decolonial é adotada como referencial para questionar o eurocentrismo do conceito de desenvolvimento, historicamente associado ao crescimento econômico e à marginalização de práticas e conhecimentos não alinhados ao padrão ocidental. O desenvolvimento passa a ser entendido como direito humano, envolvendo redistribuição de oportunidades, inclusão social e respeito à diversidade cultural e ecológica. No contexto das políticas públicas, o trabalho contextualiza o histórico da agricultura familiar no Brasil, demonstrando que, até os anos 1990, o Estado priorizou o agronegócio, com poucas iniciativas para pequenos produtores. O PAA, criado em 2003, surge como resposta às demandas de movimentos sociais, visando fortalecer a agricultura familiar, promover a segurança alimentar e valorizar práticas agroecológicas e saberes tradicionais, especialmente por meio da aquisição pública de alimentos. A análise empírica, fundamentada em dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e em pesquisa de campo com agricultores familiares, evidencia avanços e desafios do PAA. Entre os avanços, destacam-se o aumento da participação de mulheres, povos tradicionais e assentados da reforma agrária, além da ampliação dos recursos e beneficiários nos anos recentes. Por outro lado, observa-se a existência de limitações normativas, institucionais e orçamentárias, como a exclusão da modalidade de aquisição de sementes crioulas em legislações recentes, o que compromete o potencial do programa para a promoção da agroecologia e da autonomia dos agricultores. O estudo conclui que, apesar dos avanços do PAA e de políticas similares, persistem entraves estruturais ligados à centralidade do agronegócio e à lógica produtivista, que dificultam a construção de alternativas efetivamente decoloniais e sustentáveis. Recomenda-se o fortalecimento das políticas públicas para a agricultura familiar, com valorização dos saberes tradicionais, inclusão de modalidades que promovam a biodiversidade e maior participação dos grupos historicamente marginalizados, como caminho para superar as desigualdades estruturais e construir alternativas emancipatórias ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Dessa forma, esta tese contribui para o debate sobre desenvolvimento rural e justiça social, articulando teoria crítica, análise normativa e pesquisa empírica, sob uma perspectiva decolonial, para defender a reorientação das políticas públicas rumo à valorização da diversidade, da autonomia camponesa e da sustentabilidade socioambiental.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; agricultura familiar; teoria decolonial; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); agroecologia; sementes crioulas.

## ABSTRACT

This paper critically analyzes public policies aimed at family farming in Brazil through the lens of decolonial theory, with an emphasis on the Food Acquisition Program (PAA) and the rights of farmers. It begins by identifying two predominant agricultural models: agribusiness, characterized by intensive use of industrial inputs, large properties, and monocultures; and peasant agriculture, based on traditional, agroecological practices and the preservation of biodiversity. The argument is made that the hegemonic model, derived from the Green Revolution, perpetuates social inequalities, environmental degradation, and the exclusion of traditional knowledge, reflecting colonial structures still present in the Brazilian countryside. Decolonial theory is adopted as a framework to question the Eurocentrism of the concept of development, historically associated with economic growth and the marginalization of practices and knowledge not aligned with the Western standard. Development is thus understood as a human right, involving the redistribution of opportunities, social inclusion, and respect for cultural and ecological diversity. In the context of public policies, the paper contextualizes the history of family farming in Brazil, demonstrating that until the 1990s, the State prioritized agribusiness, with few initiatives for small producers. The PAA, created in 2003, emerged as a response to the demands of social movements, aiming to strengthen family farming, promote food security, and value agroecological practices and traditional knowledge, especially through public food procurement. The empirical analysis, based on data from the National Supply Company (Conab) and field research with family farmers, highlights the advances and challenges of the PAA. Among the advances are the increased participation of women, traditional peoples, and agrarian reform settlers, as well as the expansion of resources and beneficiaries in recent years. On the other hand, there are normative, institutional, and budgetary limitations, such as the exclusion of the acquisition of native seeds in recent legislation, which undermines the program's potential to promote agroecology and farmers' autonomy. The study concludes that, despite the advances of the PAA and similar policies, structural barriers linked to the centrality of agribusiness and the productivist logic persist, hindering the construction of truly decolonial and sustainable alternatives. It is recommended to strengthen public policies for family farming, valuing traditional knowledge, including modalities that promote biodiversity, and increasing the participation of historically marginalized groups to overcome structural inequalities and build emancipatory alternatives to the hegemonic development model. In this way, this thesis contributes to the debate on rural development and social justice, articulating critical theory, normative analysis, and empirical research from a decolonial perspective to advocate for the reorientation of public policies towards valuing diversity, peasant autonomy, and socio-environmental sustainability.

**Keywords:** Public policies; family farming; decolonial theory; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); agroecology; native seeds.

## RÉSUMÉ

Ce travail analyse de manière critique les politiques publiques destinées à l'agriculture familiale au Brésil sous l'angle de la théorie décoloniale, avec un accent particulier sur le Programme d'Acquisition d'Aliments (PAA) et les droits des agriculteurs. L'étude commence par l'identification de deux modèles agricoles prédominants: l'agrobusiness, caractérisé par l'utilisation intensive d'intrants industriels, de grandes propriétés et de monocultures ; et l'agriculture paysanne, fondée sur des pratiques traditionnelles, agroécologiques et la préservation de la biodiversité. Il est soutenu que le modèle hégémonique, issu de la Révolution Verte, perpétue les inégalités sociales, la dégradation environnementale et l'exclusion des savoirs traditionnels, reflétant des structures coloniales encore présentes dans les zones rurales brésiliennes. La théorie décoloniale est adoptée comme cadre de référence pour remettre en question l'eurocentrisme du concept de développement, historiquement associé à la croissance économique et à la marginalisation des pratiques et des connaissances non alignées sur le modèle occidental. Le développement est alors compris comme un droit humain, impliquant la redistribution des opportunités, l'inclusion sociale et le respect de la diversité culturelle et écologique. Dans le contexte des politiques publiques, le travail retrace l'historique de l'agriculture familiale au Brésil, démontrant que, jusqu'aux années 1990, l'État a privilégié l'agrobusiness, avec peu d'initiatives en faveur des petits producteurs. Le PAA, créé en 2003, apparaît comme une réponse aux revendications des mouvements sociaux, visant à renforcer l'agriculture familiale, promouvoir la sécurité alimentaire et valoriser les pratiques agroécologiques et les savoirs traditionnels, notamment à travers l'achat public d'aliments. L'analyse empirique, fondée sur les données de la Compagnie Nationale d'Approvisionnement (Conab) et sur une recherche de terrain auprès des agriculteurs familiaux, met en évidence les avancées et les défis du PAA. Parmi les avancées, on note l'augmentation de la participation des femmes, des peuples traditionnels et des bénéficiaires de la réforme agraire, ainsi que l'élargissement des ressources et des bénéficiaires ces dernières années. En revanche, il existe des limites normatives, institutionnelles et budgétaires, telles que l'exclusion de l'acquisition de semences paysannes dans les législations récentes, ce qui compromet le potentiel du programme pour promouvoir l'agroécologie et l'autonomie des agriculteurs. L'étude conclut que, malgré les avancées du PAA et de politiques similaires, des obstacles structurels liés à la centralité de l'agrobusiness et à la logique productiviste persistent, rendant difficile la construction d'alternatives véritablement décoloniales et durables. Il est recommandé de renforcer les politiques publiques en faveur de l'agriculture familiale, en valorisant les savoirs traditionnels, en incluant des modalités qui favorisent la biodiversité et en augmentant la participation des groupes historiquement marginalisés, comme moyen de surmonter les inégalités structurelles et de construire des alternatives émancipatrices au modèle de développement hégémonique. Ainsi, cette thèse contribue au débat sur le développement rural et la justice sociale, en articulant théorie critique, analyse normative et recherche empirique, dans une perspective décoloniale, afin de défendre la réorientation des politiques publiques vers la valorisation de la diversité, de l'autonomie paysanne et de la durabilité socio-environnementale.

**Mots-clés:** Politiques publiques; agriculture familiale; théorie décoloniale; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); agroécologie; semences paysannes.

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                                                |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 - Recursos do PAA aplicados pela Conab (2016-2020).....                                                                               | 58 |
| Tabela 2 - Quantidades de alimentos adquiridos, produtores participantes, cooperativas ou associações e unidades receptoras (2016-2020) .....  | 59 |
| Tabela 3 - Participação das mulheres no PAA (2016-2020).....                                                                                   | 59 |
| Tabela 4 - Recursos do PAA/Alimenta Brasil aplicados pela Conab (2021-2023) .....                                                              | 64 |
| Tabela 5 - Quantidades de alimentos adquiridos, produtores participantes, cooperativas ou associações e unidades receptoras (2021-2023) .....  | 64 |
| Tabela 6 - Participação de mulheres, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais no PAA/Alimenta Brasil (2021-2023) ..... | 65 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                                                 |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 - Recursos do PAA aplicados pela Conab (2016-2020) .....                                                                              | 58 |
| Gráfico 2 - Quantidades de alimentos adquiridos, produtores participantes, cooperativas ou associações e unidades receptoras (2016-2020) .....  | 59 |
| Gráfico 3 - Participação das mulheres no PAA (2016-2020) .....                                                                                  | 60 |
| Gráfico 4 - Recursos do PAA/Alimenta Brasil aplicados pela Conab (2021-2023).....                                                               | 64 |
| Gráfico 5 - Quantidades de alimentos adquiridos, produtores participantes, cooperativas ou associações e unidades receptoras (2021-2023) .....  | 65 |
| Gráfico 6 - Participação de mulheres, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais no PAA/Alimenta Brasil (2021-2023) ..... | 66 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 - Perfil dos(as) entrevistados(as) .....                       | 97  |
| Quadro 2 - Cultivares crioulas cadastradas pela ASPROBAR - Arroz .....  | 115 |
| Quadro 3 - Cultivares crioulas cadastradas pela ASPROBAR - Feijão ..... | 116 |
| Quadro 4 - Cultivares crioulas cadastradas pela ASPROBAR - Milho.....   | 118 |

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                                                      |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 - Reunião na Comunidade Rural Macaúba, em Catalão - GO .....                                                                                                | 110 |
| Figura 2 - Espigas e sementes de milho Sol da Manhã, farinha de milho, sementes de crotalária, feijão de porco e feijão guandu fotografadas na “Fazenda Cerrado..... | 111 |
| Figura 3 - Plantação de feijão irrigado, sementes de feijão roxinho, feijão roxão, feijão jalo rajado e milho eldorado fotografadas na “Fazenda Ipê Roxo” .....      | 112 |
| Figura 4 - Espaço administrativo do MCP e da Cozinha Sabores do Campo, em Catalão – GO .....                                                                         | 114 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|             |                                                                |
|-------------|----------------------------------------------------------------|
| AGROBIO     | Associação dos Agricultores Agroecológicos                     |
| ASPROBAR    | Associação dos Produtores Rurais de Barro Preto                |
| ATES        | Assessoria Técnica, Social e Ambiental                         |
| CDS         | Compra com Doação Simultânea                                   |
| CEP         | Comitê de Ética em Pesquisa                                    |
| CONAB       | Companhia Nacional de Abastecimento                            |
| CONSEA      | Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional         |
| COVID-19    | Doença causada pelo novo coronavírus                           |
| CPR-Estoque | Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar         |
| CRAS        | Centro de Referência de Assistência Social                     |
| CREAS       | Centro de Referência Especializado de Assistência Social       |
| DAP         | Declaração de Aptidão ao Pronaf                                |
| FAO         | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura |
| GGPAA       | Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos             |
| GO          | Estado de Goiás                                                |
| IBGE        | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                |
| INCRA       | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária            |
| MAPA        | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento            |
| MCP         | Movimento Camponês Popular                                     |
| MDA         | Ministério do Desenvolvimento Agrário                          |
| MDS         | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome          |
| MEC         | Ministério da Educação                                         |
| MP          | Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão                 |
| ONU         | Organização das Nações Unidas                                  |
| PAA         | Programa de Aquisição de Alimentos                             |
| PIB         | Produto Interno Bruto                                          |
| PNATER      | Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural      |
| Pronaf      | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar    |
| PGPM        | Política de Garantia de Preço Mínimo                           |
| RNC         | Registro Nacional de Cultivares                                |

|         |                                                              |
|---------|--------------------------------------------------------------|
| Renasem | Registro Nacional de Sementes e Mudas                        |
| SUAS    | Sistema Único de Assistência Social                          |
| UNESP   | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”     |
| USAID   | Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                   |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                           | <b>19</b> |
| <b>1. ARCABOUÇO TEÓRICO: TEORIA DECOLONIAL E ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO .....</b>                                                            | <b>24</b> |
| 1.1 Decolonialidade .....                                                                                                                         | 25        |
| 1.2 A construção histórica do conceito de desenvolvimento.....                                                                                    | 30        |
| 1.3 O desenvolvimento como direito humano.....                                                                                                    | 35        |
| 1.4 A crítica e as alternativas ao modelo de desenvolvimento eurocentrado .....                                                                   | 38        |
| <b>2. ENQUADRAMENTO TEMÁTICO: AGRICULTURA FAMILIAR, POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO BRASIL .....</b>                              | <b>46</b> |
| 2.1 Políticas públicas para agricultura familiar no Brasil .....                                                                                  | 48        |
| 2.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): trajetória de implementação e mudanças legislativas .....                                           | 50        |
| 2.3 Aspectos gerais do PAA a partir da Lei nº 14.628/2023.....                                                                                    | 54        |
| 2.4 Os resultados do PAA a partir dos recursos aplicados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) .....                                   | 57        |
| 2.5 A biodiversidade e a legislação sobre sementes .....                                                                                          | 70        |
| 2.6 A legislação sobre sementes no Brasil .....                                                                                                   | 72        |
| <b>3. ABORDAGEM METODOLÓGICA: CAMINHOS PARA COMPREENDER A REALIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES .....</b>                                         | <b>78</b> |
| 3.1 Revisão teórico-bibliográfica .....                                                                                                           | 78        |
| 3.2 Pesquisa documental .....                                                                                                                     | 79        |
| 3.4 Delimitação do universo da pesquisa de campo.....                                                                                             | 86        |
| <b>4. AGRICULTURA FAMILIAR, SEMENTES CRIOULAS E RESISTÊNCIA CAMPONESA EM CATALÃO (GO): DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E PRÁTICAS DE AUTONOMIA .....</b> | <b>89</b> |
| 4.1 Contextualização socioespacial de Catalão .....                                                                                               | 89        |
| 4.2 O Movimento Camponês Popular e a questão das sementes Crioulas em Catalão.....                                                                | 91        |
| 4.3 Perfil dos participantes das entrevistas.....                                                                                                 | 96        |
| 4.4 Roteiro semiestruturado e condução da entrevista .....                                                                                        | 97        |
| 4.5 Sistematização e análise dos resultados das entrevistas .....                                                                                 | 99        |

|                                                                                   |                                                                                                            |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 4.5.1                                                                             | Aspectos culturais, saberes tradicionais e práticas agroecológicas relacionados às sementes crioulas ..... | 99         |
| 4.5.2                                                                             | Importância econômica das sementes crioulas e as políticas públicas .....                                  | 104        |
| 4.6                                                                               | Relato da observação participante com agricultores e agricultoras familiares.....                          | 109        |
| 4.6.1                                                                             | Reunião na Comunidade Rural Macaúba .....                                                                  | 109        |
| 4.6.2                                                                             | Visita à Fazenda Cerrado .....                                                                             | 110        |
| 4.6.3                                                                             | Feira da cidade.....                                                                                       | 111        |
| 4.6.4                                                                             | Sítio Ipê Roxo.....                                                                                        | 112        |
| 4.6.5                                                                             | Sede da AGROBIO.....                                                                                       | 113        |
| 4.6.6                                                                             | Cozinha Sabores do Campo.....                                                                              | 113        |
| 4.7                                                                               | Cultivares registradas na região estudada .....                                                            | 114        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                  |                                                                                                            | <b>121</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                          |                                                                                                            | <b>128</b> |
| <b>APÊNDICE .....</b>                                                             |                                                                                                            | <b>135</b> |
| <b>Roteiro semiestruturado de entrevista com os agricultores familiares .....</b> |                                                                                                            | <b>135</b> |
| <b>ANEXO.....</b>                                                                 |                                                                                                            | <b>136</b> |
| <b>Parecer Consubstanciado do CEP Unesp/Franca.....</b>                           |                                                                                                            | <b>136</b> |

## INTRODUÇÃO

Na atualidade, é possível identificar a existência de dois modelos predominantes de agricultura em todo o mundo. O primeiro deles, derivado da Revolução Verde, foi introduzido a partir dos anos 1960, nos Estados Unidos e na Europa. Esse modelo se baseia em um conjunto tecnológico que inclui o uso de agroquímicos, mecanização e disseminação de novas variedades de sementes geneticamente modificadas. Enquanto isso, o segundo modelo tem suas raízes no campesinato, fundamentado no conhecimento tradicional, na manutenção das práticas agrícolas tradicionais e na preservação da biodiversidade.

A chamada agricultura industrial, resultado do primeiro modelo mencionado, hoje conhecida como agronegócio, depende fortemente do uso de pesticidas, sementes transgênicas, cultivo em larga escala, maquinário agrícola e a da manutenção de latifúndios. No entanto, esse modelo tem consequências negativas, incluindo a perda de biodiversidade, a degradação ambiental, o empobrecimento das comunidades rurais e a insegurança alimentar.

Em contraste, a agricultura camponesa, particularmente praticada por agricultores familiares e comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, se destaca como uma alternativa. Essa forma produtiva se integra à natureza, busca preservar a biodiversidade e valoriza os conhecimentos e a cultura locais. As práticas agroecológicas representam um novo paradigma, pois permitem a produção agrícola, especialmente de alimentos, de forma sustentável, respeitando os ecossistemas e promovendo a segurança alimentar.

No Brasil, houve pouco progresso nas políticas públicas destinadas a promover a agricultura baseada em princípios agroecológicos, especialmente para a agricultura familiar. O foco tem se voltado, principalmente, para a produção agroexportadora, em detrimento de políticas que poderiam promover uma verdadeira reestruturação econômica e social, como a reforma agrária e melhorias nas condições de vida e trabalho no campo.

O processo de modernização agrícola no Brasil, descrito por alguns como modernização conservadora (Canuto, 2004; Delgado, 2005; Ricardio, 2012), introduziu mudanças na agricultura por meio da adoção de tecnologias, mas falhou em implementar políticas públicas para uma verdadeira reforma econômica e social. Isso contribuiu para a expropriação de terras, aumento da pobreza rural e migração para áreas urbanas.

Assim, a atividade agrícola no Brasil continua a refletir estruturas coloniais, semelhantes à maioria dos países latino-americanos, caracterizando-se por um formato extrativista (Acosta, 2016; Lang, 2016). Esse modelo é favorecido pela agricultura industrial, adotada pelas economias capitalistas do Norte global, perpetuando a desigualdade entre "desenvolvimento" e "subdesenvolvimento", além de causar danos ambientais e sociais significativos. A perspectiva de desenvolvimento resultante do sistema-mundo moderno colonial (Mignolo, 2005) fica evidente diante do modelo de política agrícola implementado no Brasil, historicamente marcado pela já mencionada modernização conservadora.

Em contrapartida, a prática agroecológica representa uma resistência ao modelo exploratório de raízes coloniais, baseando-se na preservação dos conhecimentos e práticas tradicionais. Um aspecto central da agroecologia é o uso e a conservação de sementes crioulas, as quais são resultado do aprimoramento realizado por agricultores familiares e comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, ao longo do tempo, resultando em variedades adaptadas às condições locais.

Portanto, o presente trabalho insere-se no debate crítico sobre desenvolvimento e desigualdade na América Latina, com ênfase no contexto brasileiro, a partir da perspectiva da teoria decolonial. A escolha desse referencial teórico decorre da necessidade de analisar as dinâmicas do desenvolvimento para além do paradigma eurocentrado, questionando as estruturas de poder, saber e produção que historicamente marginalizaram povos, saberes e práticas não alinhados ao modelo hegemônico ocidental. A teoria decolonial emerge, assim, como uma lente fundamental para desvelar as permanências da colonialidade nas políticas públicas, no ordenamento jurídico e nas práticas produtivas, especialmente no campo, onde se evidencia a tensão entre o agronegócio e a agricultura familiar de base agroecológica.

Considerando a possibilidade de alternativas a esse ideal colonial de desenvolvimento e dos fundamentos da agroecologia camponesa, surge a seguinte pergunta de pesquisa: de que modo as políticas públicas, ao fomentarem as práticas agroecológicas, são capazes de viabilizar uma proposta alternativa ao desenvolvimento de viés colonial que marca a política agrícola hegemônica no Brasil?

Nesse sentido, o problema de pesquisa que orienta este estudo reside na análise crítica das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), buscando compreender em que medida tais políticas

promovem alternativas ao desenvolvimento de matriz colonial e capitalista, valorizando saberes tradicionais, práticas agroecológicas, inclusão social e sustentabilidade ambiental. A investigação parte do pressuposto de que, embora o PAA represente um avanço importante na valorização da agricultura familiar e na promoção da segurança alimentar, persistem limitações normativas, institucionais e orçamentárias que restringem seu potencial transformador, especialmente diante da centralidade do agronegócio e da lógica produtivista que ainda orienta grande parte das políticas públicas brasileiras.

Buscando alinhar a análise crítica de políticas públicas para agricultura familiar com a teoria decolonial, chegou-se às discussões relacionadas às práticas agroecológicas desenvolvidas pelos agricultores familiares, especialmente o uso e conservação de sementes crioulas, como forma de resistência à política agrícola predominante no Brasil, considerando o campo de tensão entre a agricultura familiar e o agronegócio. Portanto, leva-se em consideração a contraposição que é verificada entre a agricultura industrial e a agroecologia, a partir de uma perspectiva decolonial, que permite enxergar aquela como resultado de um modelo de desenvolvimento de raízes coloniais, e esta como fruto dos conhecimentos e práticas tradicionais.

A relevância do tema decorre da urgência de repensar os modelos de desenvolvimento diante do aprofundamento das desigualdades sociais, da crise ambiental e da necessidade de garantir soberania alimentar e justiça social. Ao articular o referencial decolonial à análise normativa e empírica das políticas públicas, o trabalho contribui para o debate sobre alternativas emancipatórias e para o fortalecimento de práticas que valorizam a diversidade cultural, ecológica e epistêmica. A pesquisa justifica-se, ainda, pela carência de estudos que examinem o impacto das políticas agrícolas sob uma ótica crítica à colonialidade, considerando a centralidade da agricultura familiar e das sementes crioulas para a preservação da biodiversidade e a autonomia dos povos do campo.

Contextualizado o tema e o objeto de estudo, define-se o objetivo geral do trabalho, que é: analisar, sob a ótica da teoria decolonial, o papel do PAA e das políticas correlatas na promoção de alternativas ao desenvolvimento capitalista e eurocentrado, com ênfase na valorização da agricultura familiar, das práticas agroecológicas e dos conhecimentos tradicionais.

Como objetivos específicos, estipulam-se os seguintes: a) identificar os principais aspectos da teoria decolonial e a sua relação com o conceito de desenvolvimento; b) analisar os pontos que aproximam os conceitos alternativos de desenvolvimento das práticas agroecológicas em oposição à agricultura industrializada; c) contextualizar, historicamente, a implementação de políticas públicas voltadas à agricultura no Brasil; d) apresentar o histórico, características e aspectos legais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como política pública que favorece a produção agrícola familiar; e) investigar o papel das sementes crioulas e da legislação sobre biodiversidade na autonomia dos agricultores familiares; f) compreender, a partir de pesquisa empírica, a relação dos agricultores com as práticas tradicionais, em especial aquelas que envolvem as sementes crioulas, e a percepção deles sobre a efetividade das políticas públicas e os desafios enfrentados; g) identificar os impactos do PAA para a agricultura camponesa, levando-se em consideração o seu potencial de incremento das práticas agroecológicas e de valorização dos conhecimentos tradicionais.

A hipótese de pesquisa sustenta que, apesar dos avanços proporcionados pelo PAA e por políticas similares, persistem entraves estruturais e normativos que limitam a construção de alternativas efetivamente decoloniais e sustentáveis, devido à permanência de uma lógica de desenvolvimento pautada pela colonialidade, pelo produtivismo e pela centralidade do agronegócio. Tais entraves dificultam a plena inclusão dos saberes e práticas tradicionais, bem como a valorização da diversidade e da autonomia dos agricultores familiares.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, articulando revisão teórico-bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. A revisão bibliográfica fundamenta-se em autores da teoria decolonial, estudos críticos sobre desenvolvimento, agroecologia e políticas públicas. A pesquisa documental concentra-se na análise de legislações, relatórios oficiais e dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) relativos à execução do PAA. A pesquisa de campo envolve entrevistas semiestruturadas e observação participante junto a agricultores familiares que atuam com práticas agroecológicas e manejo de sementes crioulas, visando captar suas experiências, percepções e desafios concretos.

Esta tese está estruturada em quatro capítulos, além das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta o arcabouço teórico da teoria decolonial, a trajetória histórica de construção do conceito de desenvolvimento e discute alternativas ao desenvolvimento

eurocentrado, como o Bem Viver e a agroecologia, problematizando a colonialidade do poder e do saber e as limitações da visão clássica desse conceito.

O segundo capítulo tem como foco apresentar o enquadramento temático da pesquisa, incluindo: a trajetória histórica e normativa das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil; os principais aspectos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), abrangendo as mudanças institucionais e normativas pelas quais passou e os resultados obtidos pelo programa, com base em dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), bem como os desafios enfrentados na implementação do programa; e a questão das sementes crioulas e a discussão acerca da legislação sobre biodiversidade.

O terceiro capítulo detalha o percurso metodológico, justificando a combinação entre revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa empírica, e apresenta os procedimentos adotados para coleta e análise dos dados. O quarto capítulo apresenta e discute os resultados das entrevistas e observações realizadas junto a agricultores familiares, enfocando as percepções sobre a efetividade das políticas públicas, os impactos do PAA e os desafios enfrentados na adoção de práticas agroecológicas e na preservação das sementes crioulas.

Por fim, as considerações finais sistematizam as principais conclusões do estudo, ressaltando os avanços e limites das políticas públicas analisadas e indicando caminhos para o fortalecimento de alternativas de desenvolvimento baseadas na decolonialidade, na valorização dos saberes tradicionais e na sustentabilidade socioambiental.

Ao articular teoria crítica, análise normativa e pesquisa empírica, este trabalho busca contribuir para a construção de um novo horizonte para o desenvolvimento rural brasileiro, pautado pela justiça social, pela diversidade e pela superação das heranças coloniais que ainda marcam profundamente as políticas e práticas no campo. A análise empreendida evidencia que a valorização da agricultura familiar e das práticas agroecológicas, aliada ao fortalecimento de políticas públicas inclusivas e à promoção da diversidade epistêmica, constitui um caminho promissor para a superação das desigualdades estruturais e para a construção de alternativas emancipatórias ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, ao analisar as políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil sob a perspectiva decolonial, demonstrou a complexidade das relações entre desenvolvimento, colonialidade e resistência no contexto rural. A trajetória da política agrícola no Brasil foi moldada, ao longo do tempo, pelas dinâmicas coloniais, o que favoreceu a consolidação da agricultura industrial — atualmente representada pelo agronegócio — em detrimento da agricultura familiar, que é responsável por parcela significativa da produção de alimentos no país. A escolha por um modelo de desenvolvimento rural baseado na monocultura para exportação e no uso intensivo de tecnologias, herança da Revolução Verde, caracteriza as principais diretrizes das políticas públicas agrícolas brasileiras.

O processo de modernização conservadora, que não promoveu alterações na estrutura fundiária nem buscou avanços em sustentabilidade, na garantia de renda ao pequeno produtor, na segurança alimentar ou em outros aspectos socioambientais, foi intensificado pela globalização e pelos governos de orientação neoliberal.

Partindo de uma retomada crítica dos capítulos, é possível sintetizar que a estruturação teórica, empírica e normativa deste estudo permitiu mapear os desafios históricos enfrentados pela agricultura familiar e evidenciar o potencial transformador de políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O primeiro capítulo, dedicado ao arcabouço teórico da decolonialidade, destacou como a modernidade eurocêntrica perpetuou hierarquias de poder, saber e ser, relegando saberes tradicionais e práticas agroecológicas à marginalidade. A crítica ao desenvolvimento linear e à colonialidade do poder revelou a necessidade de alternativas que valorizem a pluralidade epistemológica e a sustentabilidade socioambiental, temas centrais para a análise das políticas públicas subsequentes.

Essa abordagem permitiu compreender como o conceito clássico de desenvolvimento, forjado a partir de uma visão europeia e capitalista, exclui saberes, práticas e sujeitos não alinhados ao modelo ocidental hegemônico. Foram discutidas alternativas, como o Bem Viver e a agroecologia, que valorizam a pluralidade epistêmica, os conhecimentos tradicionais e a sustentabilidade socioambiental, abrindo caminhos para a superação das desigualdades históricas.

No segundo capítulo, que abordou o enquadramento temático da agricultura familiar e especificamente do PAA, constatou-se que a trajetória das políticas agrícolas no Brasil reflete uma tensão histórica entre o agronegócio e a agroecologia. Enquanto o primeiro se consolidou como herança colonial, baseado na monocultura, no uso intensivo de agrotóxicos e na dependência de sementes transgênicas, a agricultura familiar emergiu como resistência, articulando segurança alimentar, preservação da biodiversidade e conhecimentos tradicionais.

As políticas públicas para a agricultura familiar no país foram historicamente negligenciadas. Somente a partir da metade dos anos 1990 foram criadas políticas direcionadas à agricultura familiar, destacando-se o Pronaf. Já no início dos anos 2000, com o objetivo de combater a insegurança alimentar que atingia o país, foi lançado o Programa Fome Zero e reinstalado o CONSEA. Dentro do Fome Zero, que reuniu diferentes programas complementares, foi criado o PAA, com a finalidade central de combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a agricultura familiar, utilizando as compras públicas como seu principal instrumento.

O PAA foi instituído em 2003 e representou um avanço ao vincular a compra governamental de alimentos à inclusão produtiva de pequenos agricultores, mas enfrentou limitações estruturais, como a redução de recursos e a descontinuidade administrativa, especialmente após 2016. A análise dos dados da Conab entre 2016 e 2020 mostrou oscilações orçamentárias, além de mudanças no perfil dos participantes fornecedores, com destaque para a participação feminina e de comunidades tradicionais. No entanto, a substituição do PAA pelo Alimenta Brasil em 2021 e a posterior reinstituição em 2023, sem a modalidade específica de aquisição de sementes crioulas, revelaram fragilidades na consolidação de políticas estruturantes, sujeitas a descontinuidades ideológicas.

Entre 2021 e 2023, o PAA passou por uma expressiva expansão. O orçamento do programa saltou de R\$ 19,9 milhões para R\$ 712,4 milhões. Esse aumento permitiu que a quantidade de alimentos adquiridos crescesse de 5.600 para 94.000 toneladas, enquanto o número de agricultores familiares participantes subiu de 2.874 para 48.000.

A organização dos produtores também se intensificou, com as cooperativas e associações saltando de 166 para 2.160, e as unidades recebedoras de alimentos de 248 para 2.000. Esses avanços evidenciam não só o crescimento da produção e comercialização, mas

também uma maior estruturação dos agricultores familiares e ampliação do alcance da distribuição dos alimentos.

No aspecto da inclusão social, o programa manteve alta participação feminina, entre 71% e 74% dos fornecedores, e registrou aumento significativo de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, de 7% para 25%. Já a participação de assentados da reforma agrária apresentou leve oscilação, atingindo 20% em 2023 após um pico de 23% em 2022, sugerindo desafios específicos para esse grupo. Portanto, tais dados revelaram que o programa mantém forte caráter inclusivo, especialmente quanto à presença de mulheres e comunidades tradicionais.

Ademais, a análise da legislação sobre sementes, por sua vez, mostrou avanços normativos, como o reconhecimento das sementes crioulas na Lei nº 10.711/2003, mas também limitações práticas, como a exigência de cadastro para acesso aos programas de seguro agrícola e financiamento, o que pode dificultar e desincentivar o uso de variedades tradicionais.

O terceiro capítulo, dedicado à metodologia, detalhou o percurso adotado para a realização da pesquisa, justificando a escolha por uma abordagem qualitativa. O trabalho combinou revisão teórico-bibliográfica, análise documental e pesquisa empírica, de modo a garantir uma análise abrangente e crítica do objeto de estudo. A revisão bibliográfica fundamentou-se em autores da teoria decolonial, agroecologia e políticas públicas, enquanto a pesquisa documental concentrou-se na análise de legislações, relatórios oficiais e dados da Conab relativos ao PAA.

A pesquisa de campo, por sua vez, envolveu entrevistas semiestruturadas e observação participante junto a agricultores familiares que atuam com práticas agroecológicas e manejo de sementes crioulas, realizadas especificamente no município de Catalão, em Goiás. Esses procedimentos permitiram captar as experiências concretas dos agricultores, suas percepções sobre a efetividade das políticas públicas, os desafios enfrentados na adoção de práticas tradicionais e agroecológicas, bem como os impactos do PAA em suas realidades. O capítulo também explicitou os critérios para análise dos dados obtidos, buscando sempre articular a dimensão normativa, empírica e teórica, e ressaltou a relevância de considerar as vozes dos sujeitos do campo, muitas vezes silenciadas nos processos de formulação e avaliação de políticas públicas.

O quarto capítulo, dedicado à apresentação e discussão dos resultados da pesquisa de campo, trouxe contribuições fundamentais para a compreensão crítica das dinâmicas entre políticas públicas, práticas agroecológicas e os entraves estruturais impostos pela colonialidade. Os dados empíricos coletados por meio de entrevistas e observação participante em Catalão revelaram nuances significativas sobre a relação dos agricultores familiares com o PAA e as práticas tradicionais. As informações analisadas evidenciaram que, apesar dos avanços promovidos pelo PAA, persistem entraves estruturais, normativos e orçamentários que limitam o potencial transformador do programa, especialmente diante da centralidade do agronegócio e da lógica produtivista ainda dominante nas políticas públicas brasileiras.

Nesse sentido, as entrevistas destacaram uma percepção ambivalente: enquanto os agricultores reconhecem o papel do programa na garantia de renda e acesso a mercados, apontam desafios como a burocracia excessiva, a descontinuidade administrativa em determinados governos e a redução de recursos, que acabam por limitar a capacidade do PAA de promover uma transformação estrutural mais profunda no campo.

Um dos pontos recorrentes nas falas dos entrevistados foi a valorização das sementes crioulas, não apenas como insumo produtivo, mas como elemento de identidade cultural, autonomia e resistência frente ao modelo dominante do agronegócio. Os agricultores destacaram a importância das trocas de sementes entre famílias e comunidades, a adaptação das variedades locais às condições ambientais e a transmissão de conhecimentos entre gerações.

Além disso, os agricultores entrevistados ressaltaram a importância da atuação dos movimentos sociais, em especial do MCP, na mobilização das famílias, na defesa dos direitos dos agricultores e na valorização das práticas agroecológicas. O movimento foi citado como articulador de redes de troca de sementes, de experiências e de saberes, além de ser protagonista na reivindicação de políticas públicas mais inclusivas e na denúncia das limitações impostas pelo modelo produtivista.

A observação participante revelou-se fundamental para aprofundar a compreensão sobre as dinâmicas cotidianas dos agricultores familiares e suas relações com as políticas públicas na região. Durante o período de acompanhamento em campo, foi possível presenciar diretamente o funcionamento das associações locais, a organização coletiva dos agricultores e

a rotina do manejo das sementes crioulas, observando como essas práticas são atravessadas por saberes tradicionais e por estratégias de resistência.

A observação participante permitiu identificar, por exemplo, que a troca de sementes crioulas não se limita a um ato comercial, mas envolve rituais de reciprocidade, celebração e transmissão de conhecimento entre gerações. Essas trocas são momentos de fortalecimento do vínculo comunitário e de afirmação da autonomia camponesa, sendo frequentemente articuladas por movimentos sociais como o MCP, que desempenha papel central na mobilização das famílias, na defesa dos direitos dos agricultores e na valorização das práticas agroecológicas.

Além disso, a presença em reuniões pelas associações e pelo MCP possibilitou observar como os agricultores discutem coletivamente os desafios enfrentados. Nesses espaços, a observação participante evidenciou a importância da solidariedade e da ação coletiva para superar obstáculos impostos tanto pela legislação quanto pelo mercado, reforçando a ideia de que a construção de alternativas de desenvolvimento passa necessariamente pela valorização dos saberes locais e pela articulação política dos sujeitos do campo.

Outro aspecto relevante evidenciado pela observação participante foi o papel das mulheres na agricultura familiar de Catalão. Elas se destacam não apenas na produção e no manejo das sementes, mas também na liderança de associações e na organização de feiras e eventos de comercialização direta, demonstrando que as políticas públicas que incentivam a participação feminina têm impacto concreto na dinâmica produtiva e social das comunidades rurais.

Portanto, as entrevistas e a observação participante, de forma articulada, trouxeram à tona a diversidade de experiências, percepções e estratégias dos agricultores familiares, incluindo aspectos subjetivos e coletivos da experiência camponesa, permitindo uma análise mais sensível e situada das políticas públicas e dos processos de resistência no campo. Essa abordagem reforça a necessidade de políticas que reconheçam a diversidade dos sujeitos do campo e que sejam construídas a partir do diálogo com as comunidades, valorizando suas práticas, saberes e formas de organização coletiva.

Ficou evidente que o PAA contribui para a inclusão produtiva, a valorização dos saberes tradicionais e a promoção da segurança alimentar, mas sua efetividade depende de

continuidade institucional, recursos adequados e reconhecimento da diversidade dos sujeitos do campo. Portanto, o capítulo final, ao discutir resultados, confirmou a hipótese inicial de que o PAA, embora inovador, não logrou superar totalmente a lógica colonial do desenvolvimento. Seu potencial para fomentar alternativas decoloniais esbarrou na persistência de estruturas produtivistas, evidenciada pela priorização de volumes elevados de produção em detrimento da qualidade agroecológica.

Ao relacionar os objetivos da pesquisa com os achados, verifica-se que o estudo cumpriu sua proposta de analisar criticamente as políticas públicas a partir da teoria decolonial. A identificação dos aspectos centrais da colonialidade no conceito de desenvolvimento permitiu desvelar como o agronegócio reproduz relações de exploração análogas ao período colonial, enquanto a agroecologia emerge como prática contra hegemônica. A contextualização histórica das políticas agrícolas evidenciou que, mesmo após a redemocratização, o Estado priorizou o latifúndio exportador, relegando a agricultura familiar a programas pontuais. A apresentação do PAA destacou sua relevância para a segurança alimentar, mas também sua vulnerabilidade a mudanças político-econômicas. A investigação sobre as sementes crioulas e a legislação relacionada à biodiversidade revelou que, apesar de reconhecidas legalmente, sua circulação ainda enfrenta barreiras, especialmente a competição desleal com sementes industriais que acabam sendo beneficiadas diante das exigências legais.

A resposta ao problema de pesquisa, fundamentada nos dados apresentados, indica que as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, em especial o PAA, têm potencial para viabilizar alternativas ao desenvolvimento de matriz colonial e capitalista, ao promover a valorização dos saberes tradicionais, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. No entanto, a permanência de entraves normativos, institucionais e orçamentários, bem como a centralidade do agronegócio, ainda restringem o alcance dessas políticas e dificultam uma transformação estrutural mais profunda.

Nesse sentido, a análise dos dados mostra que o PAA teve êxito ao incluir agricultores familiares em circuitos de comercialização, mas falhou em romper com a dependência de modelos extrativistas. A confirmação das hipóteses iniciais reside na constatação de que os entraves normativos e orçamentários são sintomas de uma colonialidade persistente, que subordina as políticas sociais aos interesses capitalistas do agronegócio, reproduzindo assimetrias regionais e fragilizando a autonomia camponesa.

Esta tese tem o potencial de contribuir para área do Direito brasileiro baseando-se em três eixos: (1) a crítica decolonial às normas agrárias, demonstrando como a legislação sobre sementes e as políticas públicas em geral priorizam as grandes propriedades; (2) a proposição de um marco jurídico-institucional para políticas alimentares e desenvolvimento rural baseadas na agroecologia, incluindo a recriação da modalidade de aquisição de sementes no PAA; e (3) os fundamentos para jurisprudências que reconheçam os direitos coletivos de comunidades tradicionais sobre seus conhecimentos e recursos genéticos.

Ao articular teoria decolonial, análise normativa e pesquisa empírica, o trabalho oferece uma abordagem inovadora para a análise das políticas públicas agrícolas, evidenciando a necessidade de superar o paradigma eurocentrado do desenvolvimento e de valorizar a pluralidade epistêmica, os conhecimentos tradicionais e a diversidade cultural e ecológica. A pesquisa reforça a importância de políticas públicas inclusivas, transparentes e orientadas pela justiça social, sustentabilidade e reconhecimento da diversidade dos sujeitos do campo, contribuindo para o fortalecimento de uma agenda jurídica comprometida com a superação das desigualdades estruturais e com a construção de alternativas emancipatórias ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

Em síntese, a tese reafirma que a superação do modelo colonial de desenvolvimento exige não apenas reformas pontuais, mas uma transformação estrutural que reconheça a agricultura familiar e as práticas agroecológicas como eixos centrais de um projeto nacional inclusivo. A defesa de políticas perenes, participativas e descolonizadoras configura-se como caminho indispensável para um futuro em que o direito à terra, à alimentação saudável e à diversidade cultural sejam pilares da cidadania e de uma sociedade verdadeiramente democrática.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.
- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.
- ALTIERI M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, 120p.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. O método nas ciências sociais. In: ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. (Orgs.). **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002, p. 109-188.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRAL, Welber. A influência do comércio internacional no processo de desenvolvimento. In: BARRAL, Welber e PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Comércio Internacional e desenvolvimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006, p. 11-35.
- BAUMAN, Zygmunt. **A riqueza de poucos beneficia a todos nós?** Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier: 2004.
- BOTELHO, L. L. R., Cunha, C. A., & Macedo, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, 5(11), 121-136, 2011.
- BRAND, Ulrich. Estado e políticas públicas: sobre os processos de transformação. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Revista Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, 2013.
- CANUTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista NERA**, Pres. Prudente, n. 5, p. 1-12, jul./dez. 2004.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: Poupart, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2010.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Agricultura Familiar. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2018. **Compêndio de Estudos Conab**. V. 20. Brasília: Conab, 2019.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Agricultura Familiar. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2019. **Compêndio de Estudos Conab**. V. 27. Brasília: Conab, 2020a.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Agricultura Familiar. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2020. **Compêndio de Estudos Conab**. V. 30. Brasília: Conab, 2020b.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2016. **Compêndio de Estudos Conab**. V. 9. Brasília: Conab, 2017.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2017. **Compêndio de Estudos Conab**. V. 13. Brasília: Conab, 2018.

COUTINHO, Diogo R. **Direito, desigualdade e desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CRUZ, Kelma C. M. S. **Análise da Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pela Companhia Nacional de Abastecimento no período 2003-2015: estudo de caso sobre a modalidade Compra com Doação Simultânea**. 42 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública) - Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2016.

DE MELO, Alejandro José. **Aspectos ligados a produção de soja na região de Catalão – GO**. 2015. 57f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Sementes) – Programa de Pós- Graduação em Ciência e Tecnologia de Sementes, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

DELGADO, Guilherme Costa. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**. In: JACCOUD, Luciana. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, jul/set. 2001.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 62-83.

DUSSEL, Enrique. **1492 El encubrimiento del Outro**: Hacia el origen del “mito de la Modernidad”. La Paz: Plural Editores: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación – UMSA, 1994.

EMERIQUE, L. M. B. Considerações sobre a orientação das políticas públicas de combate à pobreza na perspectiva de direitos humanos. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 13, p. 179-197, 2013.

EMERIQUE, L. M. B. Direitos Sociais no Brasil: balanço de uma jornada com destino incerto. **Revista Justiça do Direito**, v. 34, n. 1, p. 76-105, Jan./Abr. 2020.

FAIS, Juliana Marteli. A organização mundial do comércio e o desenvolvimento. In: BARRAL, Welber e PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Comércio Internacional e desenvolvimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006, p. 115-140.

FIGUEIRA, Luiz Eduardo. Implicações da perspectiva etnográfica na pesquisa em Direito e problemáticas possíveis acerca das decisões judiciais. **Juris Poiesis**, v. 22, p. 359-368, 2019.

FRANCO, Letícia Garroni Moreira. A lógica do “des-envolvimento” como a linguagem mais contemporânea do discurso moderno do progresso: romper com as colonialidades para que imaginários alternativos ao “fes-envolvimento” sejam possíveis. In: ROCHA, Paulo Henrique Borges da; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; OLIVEIRA. **Decolonialidade a partir do Brasil**. Volume V. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020, p. 265-288.

GABATZ, Celso. A perspectiva Decolonial enquanto desafio aos Direitos Humanos e à diversidade nos dias atuais. In: ROCHA, Paulo Henrique Borges da; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; OLIVEIRA. **Decolonialidade a partir do Brasil**. Volume IV. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020, p. 247-262.

GALANZINO, Marinela L.; CATÃO, Thaís Assumpção M. Justiça ambiental e pensamento descolonial, propostas múltiplas frente a um mundo desigual. In: ROCHA, Paulo Henrique Borges da; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; OLIVEIRA. **Decolonialidade a partir do Brasil**. Volume IV. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020, p. 189-203.

GALLARDO M., HÉLIO. **Teoría crítica**: matriz y posibilidad de derechos humanos. Murcia: Gráficas Gómez, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Em Catalão, Caiado aposta em números recordes durante abertura da colheita de soja: “Queremos 30 milhões de toneladas”. 2022. Disponível

em: <https://goias.gov.br/agricultura/em-catalao-caiado-aposta-em-numeros-recordes-durante-abertura-da-colheita-de-soja-queremos-30-milhoes-de-toneladas/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

GUSTIN, M. B. S.; DIAS, M. T. F.; NICÁCIO, C. S. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Almedina, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Brasília: IBGE, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Brasília: IBGE, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Brasília: IBGE, 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas da População para Estados e Municípios. **Portaria IBGE-1.041**, de 28 de agosto de 2024. Brasília: IBGE, 2024.

JACCOUD, M.; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et. al. (org.). **A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 254-294.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

KUZNETS, Simon. Economic Growth and Income Inequality. **The America Economic Review**, v. 45, n. 1, 1955, p. 1-28.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LANG, Miriam. Introdução: Alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

LUPETTI BAPTISTA, B. G. O uso da observação participante em pesquisas realizadas na área do Direito. In: Machado, Máira Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017, p. 82-118.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais** [...] Bauru: USC, 2004, 10 p. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini\\_2004\\_entrevista\\_semi-estruturada.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf). Acesso em: 11 fev. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MCP – Movimento Camponês Popular. **Conheça o MCP**. Disponível em: <https://www.mcpbrasil.org/>. Acesso em: 18 jan. 2025.

MEDEIROS, Marcelo. **O que faz os ricos ricos?** O outro lado da desigualdade brasileira. São Paulo: Hucitec, 2005.

MELO, Suelen Cássia Pereira. **Sementes crioulas: análise competitiva e conservação do milho em Goiás**. 2019. 97 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais do Cerrado) – Universidade Estadual de Goiás, Câmpus de Ciências Exatas e Tecnológicas, Anápolis, 2019.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, 2005, p. 35-54.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONTEIRO, Agostinho dos Reis. **O pão do direito à educação...** In: Educação social, vol. 24, nº 84, setembro de 2003, pp. 763-789.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. Elaboração e uso de questionários. In: \_\_\_\_\_. Org. **Metodologia científica para o professor pesquisador**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. p. 95-133.

OLIVEIRA, C. L. F. **A política agrícola comum europeia: uma análise a partir da regulação multilateral do comércio agrícola e as implicações para os países em desenvolvimento**. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

OLIVEIRA, C. L. F.; MANIGLIA, Elisabete. Políticas públicas para agricultura familiar no Brasil: uma análise histórico-normativa do Programa de Aquisição de Alimentos e seus reflexos, a partir de uma perspectiva alternativa de desenvolvimento. In: MANIGLIA, Elisabete; CARVALHO NETO, G. R.; SCARDOELLI, D. Y.; OLIVEIRA, C. L. F. **Direito, Cidadania e Sustentabilidade**. Franca: Unesp, 2024, p. 67 - 86.

OLIVEIRA, Jonatan Alexandre de; BACCARIN, José Giacomo. Políticas públicas no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de alimentos da agricultura familiar no estado de São Paulo, Brasil. **GEOgraphia**, Niterói, v. 23, n. 50, 2020.

OLIVERIO, Cecília Kaneto. **O direito ao desenvolvimento e o comércio internacional de serviços educacionais**. 2009. 157 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PERIN, Gabriela et al. A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios. **Texto para discussão**. IPEA: Brasília, 2021.

PIKETTY, Thomas. **A Economia da Desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Bem viver entre o desenvolvimento e a decolonialidade. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 37, n. 1, p. 46 – 57, jan./jun. 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, 2005, p. 117-142.

RICARDIO, L. Modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 8, n. 67, p. 19, 2012.

RODRIGUES, L. da C.; KOSOP, R. J. C.; SOUZA-LIMA, J. E.; Schaffrath, V. R. Campesinato e sementes crioulas: indícios de decolonialidade. **Guaju**, Matinhos, v.5, n.1, p. 33-57, jan./jun. 2019.

ROSA, T. N.; GONÇALVES, R. J. de A. F. Importância e limites das políticas públicas de comercialização de alimentos no município de Damianópolis, Goiás: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, Iporá, v. 5, n.1, p. 199-226, jan./jul. 2016.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. Programa de Aquisição de Alimentos e segurança alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. **Texto para discussão**. IPEA: Brasília, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G.; NUNES, João Arriscado. Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 21-121.

SÁNCHEZ RUBIO, David. **Encantos y desencantos de los derechos humanos: de emancipaciones, liberaciones y dominaciones**. Barcelona: Icaria, 2011.

SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, n. I, jul. 2009.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENGUPTA, Arjun. On the teory and practice of right to development. In: SENGUPTA, Arjun; NEGI, Archana e BASU, Moushumi (eds.). **Reflections on the right to development**. Nova Delhi: Centre for Development and Human Rights, Sage Publications, 2005, pp. 61-109.

SILVA, Juniele Martins. **As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO)**. 2015. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2015.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

SOUSA, Mônica Teresa Costa. A vinculação entre comércio internacional e desenvolvimento: possibilidades reais ou quimera do mercado? In: BARRAL, Welber e PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Comércio Internacional e desenvolvimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006, p. 53-85.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNCETA, Koldo. ACOSTA, Alberto; MARTÍNEZ, Esperanza (org.). **Desarrollo, postcrescimiento y Buen Vivir: Debates e interrogantes**. Quito: Abya Yala, 2014.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones em torno a las epistemologías decoloniales. **Nómadas**, Bogotá, n. 26, p. 102-113, 2007.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Novos Pressupostos para a Temática dos Direitos Humanos**. In: SÁNCHEZ RÚBIO, David; HERRERA FLORES, Joaquín; CARVALHO, Salo de (org.). *Direitos humanos e globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

## APÊNDICE

### Roteiro semiestruturado de entrevista com os agricultores familiares

#### Início da Entrevista

- Explicar sobre os objetivos e as formas de funcionamento da entrevista.
- Conversar sobre Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e sobre a autorização para gravação em áudio.

#### Eixos Temáticos da Entrevista

##### I – As sementes crioulas e a relação com a realidade sociocultural e histórica dos agricultores:

- História de vida do entrevistado e a relação com a agricultura;
- Localização da propriedade rural e qual(ais) tipos de cultura produz;
- Membros da família que contribuem com a produção;
- Histórico de contato com sementes crioulas;
- A importância das sementes crioulas para a manutenção das práticas tradicionais de agricultura e fortalecimento da agroecologia na região;
- Percepção do papel das sementes crioulas dentro da realidade do trabalho no campo em que estão inseridos.

##### II – A participação dos agricultores em políticas públicas voltadas à agricultura familiar e, especificamente, ligadas às sementes crioulas:

- Participação em políticas públicas específicas para agricultura familiar;
- Desenvolvimento de práticas agroecológicas;
- Conhecimento acerca do registro de sementes no Cadastro Nacional de Cultivares Crioulas;
- Participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- Dificuldades de acesso e benefícios proporcionados pelas políticas públicas.

#### Encerramento da Entrevista

- Disponibilizar tempo para discutir mais alguma questão de interesse do participante;
- Encerrar agradecendo a disponibilidade em participar da entrevista.

## ANEXO

## Parecer Consubstanciado do CEP Unesp/Franca

FACULDADE DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS DA  
UNESP-CAMPUS FRANCA



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** DIREITO AO DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

**Pesquisador:** CELSO LUCAS FERNANDES OLIVEIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 76846724.4.0000.5408

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.742.723

**Apresentação do Projeto:**

O projeto está bem organizado e a proposta de pesquisa é relevante.

**Objetivo da Pesquisa:**

Os objetivos estão bem elaborados considerando a avaliação ética. Qualquer ajuste pedagógico deve ser debatido com a orientadora.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos foram considerados conforme legislação vigente.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O estudo tem relevância social e não apresenta problemas relacionados com a ética em pesquisa.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos estão corretos. O TCLE foi inserido corretamente após indicação de pendência.

**Recomendações:**

Nada a solicitar depois que o TCLE foi devidamente assinado.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovação.

**Endereço:** Av. Eufrasia Montenegro Petraglia, 900 bloco I sala 16  
**Bairro:** Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160  
**UF:** SP **Município:** FRANCA  
**Telefone:** (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8806 **E-mail:** comiteetica.franca@unesp.br

**FACULDADE DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS DA  
UNESP-CAMPUS FRANCA**



Continuação do Parecer: 6.742.723

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Aprovado Ad Referendum do Colegiado pelo coordenador deste Comitê de Ética.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento                                            | Arquivo                                       | Postagem               | Autor                          | Situação |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------|--------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2260737.pdf | 02/04/2024<br>15:29:58 |                                | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | ProjetoPesquisa_TCLE_assinado.pdf             | 02/04/2024<br>15:29:20 | CELSO LUCAS FERNANDES OLIVEIRA | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | Projeto_de_Pesquisa_CEP.pdf                   | 08/01/2024<br>16:29:12 | CELSO LUCAS FERNANDES OLIVEIRA | Aceito   |
| Outros                                                    | Roteiro_entrevista.pdf                        | 08/01/2024<br>16:28:36 | CELSO LUCAS FERNANDES OLIVEIRA | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | ProjetoPesquisa_TCLE.doc                      | 08/01/2024<br>16:27:22 | CELSO LUCAS FERNANDES OLIVEIRA | Aceito   |
| Folha de Rosto                                            | folhaDeRosto_Celso_assinado.pdf               | 08/01/2024<br>16:16:21 | CELSO LUCAS FERNANDES OLIVEIRA | Aceito   |

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

FRANCA, 03 de Abril de 2024

---

Assinado por:  
José Fernando Siqueira da Silva  
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16  
 Bairro: Jd. Antonio Petraglia CEP: 14.409-160  
 UF: SP Município: FRANCA  
 Telefone: (16)3706-8723 Fax: (16)3706-8806 E-mail: comiteetica.franca@unesp.br